

O HISTORIADOR EM SUA PRÁTICA COTIDIANA:

Teoria e metodologia na pesquisa histórica

THE HISTORIAN IN HIS DAILY PRACTICE:

Theory and methodology in historical research

ILSYANE DO ROCIO KMITTA¹

RESUMO

Apresentamos nesse texto, aspectos de um pequeno debate que envolve o uso da teoria e metodologia na elaboração da pesquisa histórica, e como esta permite pensar o fato não apenas como algo dado, mas, leva a necessidade de uma análise criteriosa e crítica a progressão da pesquisa com embasamento científico. Ao utilizar de teorias na prática historiográfica, o pesquisador busca a compreensão do contexto histórico através do tempo. O processo de eleger um objeto, pesquisar, fazer as devidas críticas e posteriormente após uma análise rigorosa das fontes escrever a história, revela quem é o historiador, e para este, a teoria é a bagagem que permite o entendimento e acomoda a explicação para a escritura do fato, para a construção de uma História pelo viés científico.

Palavras-chave: Historiador. Teoria e metodologia. Pesquisa histórica.

ABSTRACT

In this text, we present aspects of a small debate that involves the use of theory and methodology in the elaboration of historical research, and how this allows us to think of the fact not only as something given, but also leads to the need for a careful and critical analysis in the progression of research with a scientific basis. By using theories in historiographical practice, the researcher seeks to understand the historical context through time. The process of choosing an object, researching, making the necessary criticisms and, after a rigorous analysis of the sources, writing the history, reveals who the historian is, and for this, the theory is the baggage that allows the understanding and accommodates the explanation for the writing of the fact, for the construction of a History through the scientific bias.

Keywords: Historian. Theory and methodology. Historical research.

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/PPGH). Docente no curso de História na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). *E-mail:* kmitta.sy@gmail.com

INTRODUÇÃO

Escrever e falar em historiografia é mergulhar num vasto universo de pesquisas, fontes e dados, cada qual com suas conexões tanto singulares quanto específicas, e mais ainda, quando adentra por um período em que o negacionismo toma corpo. Paralela a essa questão, justificar uma pesquisa em seus aspectos teórico-metodológicos é fundamental, pois a legitima e viabiliza, estabelecendo apontamentos que apresentam as fontes utilizadas, o tratamento dado a elas e os aportes teórico-metodológicos que as fundamentam, possibilitando um melhor entendimento do objeto proposto, e seus desdobramentos, apresentados na escrita. A aplicação teórica é mediadora do conhecimento e dos conceitos, é um campo de atuação, ou *modus facendi*, essencial para o reconhecimento da prática historiográfica, bem como é um campo que envolve e discute todo o pragmatismo que a margeia.

Ademais, muitas são as indagações no que concerne à para que, para quem serve a História. As preocupações que cerceiam a teoria, como por exemplo: Quais são os parâmetros que utilizamos para tornar a História um conhecimento científico? Qual a funcionalidade, a utilidade desse conhecimento para a sociedade, frente aos negacionismos enfrentados? Qual é a vantagem em se consumir História? É possível afirmar que ela tem um fim, que sua funcionalidade está atrelada a função atribuída a ela pelo historiador, através de seus estudos e pesquisas? São questões que merecem a atenção dos historiadores, razões pelas quais urge pensar a História em tempos tão fraturados.

A partir de tais proposições, analisar a nossa função enquanto historiadoras/es requer a necessidade de entender quais os modelos de construção, de interpretação e leitura das fontes adotamos para formar um conjunto teórico consistente. Para tanto, alguns passos são cruciais, ou seja, a escolha da temática, das fontes, organização e compreensão do objeto estudado e finalmente a escrita. Devendo-se atentar para o fato da impossibilidade de construir um modelo único de história, dar conta da sua totalidade, a definição da temática, do objeto e das fontes, o recorte temporal e a escolha, que vise, ao menos uma profundidade, não a exaustão do objeto, sem perder de vista a perspectiva da erudição.

Para Peter Burke (1992), ocorreu uma expansão no universo dos historiadores, vislumbrando possibilidades de diálogo com/das disciplinas e campos de estudo, articulando desdobramentos das problemáticas propostas nas pesquisas, ancoradas em referenciais teóricos que permitem uma análise mais densa do objeto proposto.

O ofício do historiador, como bem lembra Marc Bloch (2001), em *Apologia da História*, é construir uma reflexão a partir da ideia de como ocorrem os procedimentos, conhecimentos históricos, não no sentido da fragmentação, mas da inserção das fontes e objetos no interior da historiografia, que resulte da complexidade do campo de atuação dos historiadores, estando centrados em processos históricos norteadores problematizando os campos de análise, não desvinculando a escrita da teoria.

Destarte, olhar o corpo teórico como um modelo fechado implica no comprometimento da historiografia, e não permite o diálogo entre as diferentes compreensões e interpretações das variadas concepções de sociedade. Sendo a História basicamente um fenômeno Ocidental, onde a teoria caminha ao encontro de perspectivas mediadoras da complexidade do pensamento histórico, de como se dá e quais os problemas decorrentes da escrita da História, ela sempre apresentará suas lacunas, como parte de um esforço sistemático para rever e discutir parâmetros da pesquisa histórica.

O ato da produção historiográfica, do pensar a história, pode assim significar em exercício de legitimação para uma comunidade de profissionais, cuja identidade encontra-se fortemente assentada e construída a partir de lugares socialmente definidos de produção do conhecimento, com suas regras próprias de consolidação. Como avalia Hobsbawm,

O ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são (1998, p. 8).

Embora possa responder as exigências contínuas de uma análise sistemática sobre métodos e lugar da teoria, os parâmetros da pesquisa e produção da escrita como uma forma de responder satisfatoriamente aos desafios, tanto da pesquisa em sentido restrito, quanto das demandas sociais impostas pela contemporaneidade das

sociedades em contínuo processo de transformações e de rupturas, historiadoras/es não operam milagres historiográficos.

Ao escrever sobre Futuro passado, Reinhart Kosseleck (2006), pondera que a História deve ser apreendida em sua historicidade, constituindo um objeto de reflexão teórica destinada a conhecer os seus limites. Assim, o emprego dos conceitos precisa estar articulados para não comprometer a análise, a discussão proposta para a tema/objeto em questão. Os conceitos são históricos e concebidos no interior de cada campo de discussão. A linguagem se modifica ao se submeter a um conjunto de processos simultâneos como de democratização, revolução, ideologias, cultura, identidade, representações e temporalidades. Os conceitos se dilatam e são ressignificados e adaptados, ampliam-se e imprimem novos sentidos a experiência contemporânea, basta nos atentarmos para a historiografia decolonial que vem ganhando um campo imenso nas pesquisas mais recentes sobre o sul global.

Nas assertivas de Kosseleck (2006), as fontes do passado são capazes de nos dar a informação imediata sobre fatos, sobre acontecimentos, mas não sobre o tempo histórico em si, aqui faz-se essencial a abordagem teórica. Por conseguinte, tornam-se fundamentais para definir as diretrizes que problematizará o objeto proposto e seus encaminhamentos teórico-metodológicos. E, na assertiva de Certeau, “a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita” (CERTEAU, 1982, p.66).

Pesquisar neste caso, é o ato que visa à criação de um conhecimento sobre o assunto e, por conseguinte, deve apresentar características específicas que visem ultrapassar uma explicação imediatista e conformadora, para além do senso comum e a dificuldade de acesso aos textos científicos, que por vezes, fica restrito a academia. A construção deste conhecimento pode vir a confirmar ou mesmo negar as explicações iniciais que agregam a obviedade das observações superficiais, não sistematizadas, ir além do fato com explicações consistentes baseados em referenciais teóricos e na utilização de metodologias apropriadas para a análise do processo que compõe a problemática. Portanto, “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural” (CERTEAU, 1982, p. 67), e não deve de este ser alijado, de modo a evitar leituras distorcidas e negacionistas dos fatos.

Em 1929, para os fundadores dos *Annales*, era necessário estender o campo da História e a concepção de documento. O conhecimento dos fatos no passado, deveria ser feito também através dos vestígios, conforme Bloch, e foi a partir de 1970, que se assiste o que Le Goff designa como revolução documental. Para além de um conjunto de fontes possíveis, tem-se uma crítica em profundidade da noção de documento, que para o autor, não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é sim um produto das sociedades que o fabricou, segundo as relações de forças que detinham o poder, o documento, cabendo ao historiador desmontar tal construção analisando as condições da produção desses registros, e para tal necessita ancorar-se em métodos e teorias.

Sobre essa questão, ao escrever sobre História e Memória, conclui Le Goff:

A memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder." São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. A memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (1992, p.476-477).

Nas leituras propostas por Jacques Le Goff (1992;1999), não há realidade histórica acabada, que se entregaria por si própria ao historiador. Diante da realidade confusa e imensa o historiador deve fazer a 'sua opção' o que não significa arbitrariedade, nem simples coleta, mas construção científica dos documentos, cuja análise deve possibilitar a reconstituição ou reconstrução do passado. Os Annales, segundo o autor, procuraram proporcionar uma história não automática, mas problemática. E, mais do que nunca, permitir viver e compreender um mundo em estado de instabilidade definitiva.

Ainda segundo Le Goff a mais fecunda das perspectivas definidas pelos pioneiros da história nova foi a da longa duração. A história caminha mais ou menos depressa, porém as forças profundas da história só atuam e se deixam apreender no tempo longo. Um sistema econômico e social só muda lentamente e suas rupturas se configuram como continuidades gradualmente estruturadas.

Uma história política que se pauta pelas mudanças de reinados, de governos, não apreende a vida profunda: o aumento da estatura dos humanos, ligada às

revoluções da alimentação e medicina; as mudanças da relação com o espaço, decorrente da revolução dos transportes; a subversão dos conhecimentos, provocada pelo aparecimento dos novos meios de comunicação de massa, a imprensa, o rádio, o celular, a internet, não dependem das mudanças políticas, dos acontecimentos que ainda hoje ocupam as manchetes de jornais que já não são impressos e, digitais, as informações são fluídas, fragmentadas. Portanto é preciso estudar o que muda lentamente e o que se chama de estruturas, fazer com que a mudança seja mais bem apreendida.

Com relação à escrita da história, Chartier (2002) afirma que, mesmo a mais quantitativa, a mais estrutural, pertence ao gênero da narrativa, com a qual compartilha categorias fundamentais. As obras de Michel de Certeau (1982) e Paul Ricoeur (2007) evidenciavam que narrativas de ficção e narrativas e histórias têm em comum uma mesma maneira de fazer agir seus “personagens”, uma mesma maneira de construir a temporalidade, uma mesma concepção de causalidade. Para Certeau é possível pensar duas concepções, dois tipos de história: “um primeiro tipo de história se interroga sobre o que é pensável e sobre as condições de compreensão; a outra pretende encontrar o vivido, exumado graças a um conhecimento do passado” (CERTEAU, 1982, p.29).

Segundo Chartier (2002), a escrita da história é comandada por uma intenção e por um princípio de verdade, que o passado que ela estabelece como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado. Destarte, a história é um saber produzido e controlado, partindo de um amplo leque de análises, universalmente aceitável, diferentemente das construções míticas que procuram confirmar memórias e aspirações particulares. Contra uma tal abordagem, deve-se lembrar que a meta do conhecimento é constitutiva da própria intencionalidade histórica. Ela funda as operações específicas da disciplina: construção e tratamento de dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso de saber e seu objeto.

Peter Burke (1992) também apresenta discussão referente aos métodos de explicação histórica propostos pelo paradigma da Nova História. O autor observa que o recurso à narrativa muitas vezes é essencial para a apreensão do fluir temporal; conclui que a narrativa tem de ser outra, não a narrativa tradicional, mas sim uma

forma de narrativa que consiga escapar da superficialidade do acontecimentalismo, mas que também escape da rigidez temporal de um discurso analítico. Para tanto, é necessário densificar a narrativa, e para isso, Burke apresenta quatro soluções encontradas nas obras de outros historiadores: a micronarrativa, narração da história de populares no tempo e no espaço, observando a presença das estruturas; utilizar várias vozes a fim de captar os conflitos e as permanências; redigir de trás para frente, mostrando o peso do passado; e, finalmente, encontrar o relacionamento dialético entre acontecimento e estrutura.

Na década de 1970, Hayden White (1994) alertava para os diferentes modos de narrar a História. Para este, o mesmo acontecimento pode ser contado e interpretado a partir de diferentes perspectivas, como também por diferentes modos de narrativas. O que estamos pontuando aqui é que todas essas questões, mostram que a produção do conhecimento histórico se aprofundou e mesmo sofisticou ao longo dos anos, ou melhor, a partir da década de 1970-80, e ainda resta muito a entender dos percursos e percalços da construção histórica para garantir a sobrevivência do campo de saber, focalizando os movimentos inesperados e as bruscas rupturas que temos vivido na e pela História.

O esboço uma ideia, uma análise de jogos histórico-temporais, proposto por François Hartog (2011), cujas combinações entre noção de passado, presente e futuro, levam ao que o autor chamou de regimes de historicidade, chamando a atenção do historiador para o presenteísmo, a ampla dominância, a partir das últimas décadas da História da humanidade, do presente sobre qualquer noção de passado.

O autor retoma o debate sobre a questão da associação entre o olhar do historiador e a História. Analisa que existe uma relação ampla do visível e do invisível que está associada ao dinamismo da própria história que abarca campos múltiplos e, que possibilitaria ao historiador a partir de seu ponto de vista e do lugar em que se encontra elaborar o estado da arte. Acrescenta a inserção de novos elementos como as tecnologias influenciado nas observações e análises do historiador, onde no processo investigativo, o ver e o ouvir indicariam de sobremaneira, o visível e o audível do discurso a ser construído pelo historiador, em sua escrita (HARTOG, 2011, p.143-144).

Ademais, não há mera pretensão por parte dos historiadores em ostentar a convicção de que estudam os fatos e que o passado estava lá, bem organizado para revelar a sua totalidade, cabendo a ele apenas interpretar com objetividade, sem nenhuma intervenção subjetiva. Essa relação mudou, ou seja, a relação do historiador com o seu objeto certamente muda, a produção do conhecimento histórico é bem mais complexa, posto que envolve inúmeras e profícuas discussões e problematizações, especialmente no que tange ao principal instrumento utilizado pelo historiador, isso é, as fontes que são produzidas e margeadas pelos interesses de quem as produziu, para o tempo em que as produziu.

Mesmo com a inserção de recursos como documentos, imagens, imprensa, é a partir dos textos escritos no passado e sobre o passado que procuramos entender o que se passou, reunindo fragmentos aqui e acolá, dispersos e aos quais damos forma e sentido, construindo uma trama sobre esse passado a partir das fontes dispostas. Sabendo que contemplam a intencionalidade de quem as produziu, as estudamos, apoiados nos recursos teóricos-metodológicos, de um olhar mais apurado dentre os mais variados possíveis, marcados por nossa atualidade, por nossa inserção cultural e social, por nossa subjetividade e também pela nossa intencionalidade.

A busca das fontes e a possibilidade de um olhar crítico sobre elas permite essa articulação. A análise auxilia e organiza a visibilidade do invisível na escrita do discurso, onde o olhar será o depositário da clareza, do segredo visível. O olhar do historiador sobre as fontes gera o entendimento da complexidade da história que se apresenta. É o historiador que apresenta o quadro no qual os pontos isolados convergem para a análise do não dito que o moldura, tornando-os visíveis para seu leitor (HARTOG, 2011, p.150-155).

Quando novas forças sociais étnicas, geracionais adentram ao espaço da história, exigindo a respeitabilidade tanto do pesquisador quanto no universo público, não se pode mais afirmar que a História é o registro do que aconteceu no passado, pois vários acontecimentos foram lembrados e registrados, mas muitos se perderam, seus rastros foram esquecidos, pois mesmo o silenciamento das fontes é proposital, ou mesmo deliberadamente apagados. Fatos negligenciados no passado, atenderam as demandas de uma sociedade em um determinado período de tempo, e na

contemporaneidade exige o revistar das fontes e suscita novas análises, mas não cabe os negacionismos.

Como o discurso do vencedor, identitário, é fechado sobre si mesmo, a História já foi bastante desmistificada. E muitos foram relegados ao esquecimento como sujeitos infames, sem glória, sujeitos comuns, ausentes da visibilidade histórica. Se aproximando dessa concepção, os historiadores defendem uma história incorruptível, como exemplo citamos os movimentos feministas que reivindicaram muito mais que a presença das mulheres na História. Outrora inexistentes para e na História que tiveram participação fundamental para a historiografia, contestando a construção discursiva na qual os acontecimentos ganhavam sentidos, fazendo emergir a importância de uma história plural contada pelo feminino, pelos indígenas, pelos negros, pelos mais vulneráveis, marginalizados e excluídos por longos períodos na História.

Erigindo-se com isso a necessidade de repensar a História, como pondera Keith Jenkins (2007), marca uma ruptura na produção do conhecimento histórico, desestabilizando as certezas como propõe Chartier ou ainda questionando a ingenuidade do documento como propôs Le Goff (1999), ou ainda uma leitura a contrapelo, como um reflexo invertido do real, sem ignorar as discontinuidades ou descartar o imprevisível, não sabendo lidar com as diferenças.

Escrever e contar o passado, enumerando os fatos simplesmente indo aos arquivos ou folheando os documentos ilusoriamente munidos de um arsenal científico, não se configura em um procedimento que habilita a escrever História. Juntar peças, fragmentos, fontes, arquivos, não faz de ninguém um historiador. O documento não é o reflexo do acontecimento como bem analisa Jenkins (2007). O documento é em si um acontecimento, uma materialidade construída por camadas sedimentadas de interpretações, de representações e legitimidade de discursos. Documento pensado arqueologicamente como um monumento como salienta Le Goff (1992). É uma prática discursiva que produz efeitos. Os historiadores são obrigados a prestar atenção ao discurso em suas variadas formas, a maneira pela qual um objeto histórico é produzido discursivamente e culturalmente e como é portador da narrativa que constrói e reproduz os fatos, os acontecimentos temporalmente.

O QUE FAZ O HISTORIADOR, para que busque os acontecimentos, que instrumentos, teorias, valores concepções e recortes traz para analisar seus temas? Quais critérios utiliza ao selecionar o material documental e produz o passado em sua escrita? De qual passado falamos? Como resposta das indagações, entendemos que “cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estreitamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a História de um momento dado” (CERTEAU, 1982, p.72).

Destarte, pluralizar a História, democratizar e libertar das hierarquias e exclusões do pensamento identitário, abrindo uma análise e discussão mais profundo e amplo para os múltiplos sujeitos sociais, para os enfoques, acontecimentos, métodos e procedimentos diferenciados. Se a História pretende ter várias faces (Burke, 1992) é importante abrir para diferentes formas de produção do conhecimento histórico com base no respeito para um pensamento diferencial, especialmente em tempos de aceleradas mudanças e da emergência de distorções e revisões historiográficas. Talvez assim a História encontre caminhos e sentidos diante dos impasses colocados pela contemporaneidade, que inclui os negacionismos e as falácias documentais.

Contexto no qual não podemos negar a pertinência da afirmação de Collingwood, quando escreve que a História “é uma ciência, mas uma ciência de tipo especial” (COLLINGWOOD, 1972, p. 310). É notório que, uma pesquisa em História, busca a construção de um conjunto estruturado de conhecimento que vai auxiliar na compreensão de algo que, à primeira vista, estava posto de modo simplista e desordenado. Ademais, ao pensarmos a articulação da história com uma dada sociedade, seu lugar e condição de produção, obtém-se elementos de análise dessa sociedade e de como a história, enquanto conhecimento circula por ela.

Ao se pensar historicamente, cada sociedade articula-se e instrumentaliza conhecimentos que lhe são inerentes. Negar a história, nesse contexto, é o mesmo que alijar a sociedade na sua historicidade em seus aspectos articuladores concernentes a sua memória, ao seu presente-passado, alijamentos e esquecimentos atendem as demandas e interesses, portanto, podem ser propositais.

O trabalho de pesquisa, o ato de pesquisar, possibilita, portanto, a análise de características específicas e particulares resultantes na geração de um novo

conhecimento, uma nova reconstrução, não revestido de uma segurança absoluta, mas margeando incertezas, visto que para um historiador não é possível a existência de dogmas ou verdades absolutas. Segundo Pietro “o historiador constrói o conhecimento do passado a partir do próprio presente” (PIETRO, 1995, p.22), sendo assim, ele busca respostas para as questões concernentes com seu tempo, então ao mudar os conceitos, os modos de interpretação automaticamente sofrem alterações, questionam-se novos objetos e problemáticas que exigem novos métodos historiográficos para suas análises.

A pesquisa nesta concepção seria em primeiro lugar uma procura, uma preparação que consiste na reunião e contato inicial com as fontes que possibilitem vivenciar o encontro com o objeto, mesmo que neste momento ele se apresente fragmentado. A vivência e o fazer a História estaria contido na escrita e na dimensão da sua existência enquanto um novo conhecimento. Certamente, todos reconhecem que a objetividade absoluta não existe e sabe-se que não conseguiremos dominar essa verdade, mas apenas nos aproximar dela. O historiador reconstrói, busca conferir inteligibilidade através dos vestígios documentais. Há, portanto, uma correlação e reciprocidade entre o sujeito e o objeto.

Toda pesquisa resulta em novas abordagens de um mesmo fato, no entanto, a síntese deve estar pautada em consistência e ser plausível, vinculadas a critérios teóricos e metodológicos, com o cuidado de na sua escritura, não reproduzir apenas regras contidas em manuais. A questão que cabe aqui é que “tal como todas as ciências, a História é autônoma. O historiador tem o direito de escolher os métodos próprios para a sua ciência” (COLLINGWOOD, 1972, p.314).

O cuidado com a metodologia, não é mero capricho, não é algo abstrato, sim revela a forma organizativa e investigativa no desenvolvimento da pesquisa. O método é uma forma de construção de conhecimento permitindo maior solidez no trato e desenvolvimento da pesquisa, maior abrangência e conclusões mais corroborativas. Se considerarmos que a História enquanto um processo, envolve a construção de conceitos diretamente envolvidos na tarefa de investigação dos fatos e, que estes por sua vez não estão isolados do todo, temos que este processo implica em mobilidade e conflitos, uma forma específica de conhecimento que tem seus métodos distintos para chegar a este conhecimento, que por sua vez é diacrônico.

De acordo com Collingwood, “a História construída com base na extração e combinação dos testemunhos de diversas fontes chamarei de cola e tesoura [...] não é realmente História, porque não satisfaz as condições necessárias para ser considerada ciência” (1971, p. 316). Neste contexto, portanto, o método aplicado na construção do conhecimento deve ser crítico, não podendo ser neutro, é por sua vez totalizador e por que não dizer, até mesmo pessoal, político e sendo assim faz-se necessário à sua renovação e desenvolvimento constante, sem com isso se tornar apenas e tão somente um saber instituído ou uma estrutura impar e estável.

Neste sentido, este processo de construção do conhecimento histórico ultrapassa a questão da veracidade das fontes, que não falam por si, mas revelam respostas de questões, implicando basicamente na descoberta do seu significado enquanto um elemento constitutivo do conhecimento em construção, no desenvolvimento da pesquisa, no seu caráter contestatório das explicações simplistas do fato. Para tanto, cabe ao historiador a busca de dados, de fragmentos e rastros deixados, e “através de seu esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos, pode chegar a descobrir a ‘dimensão social do pensamento’ (CHALOUB, 1990, p.16). Articular, separar, perguntar, imaginar nos vazios, ler nas entrelinhas, perguntar aos silêncios, rearticular e reviver na elaboração de um mapa mental uma trajetória, os movimentos, os vestígios e captar que nas lacunas e entrelinhas está contido sempre o dizer mais e/ou menos que o vivido de cada elemento do conjunto que o comporta é tarefa do historiador.

Frente a impossibilidade da compreensão do todo, facilita o entendimento de aspectos particulares e específicos que permeiam o fato, tanto na dificuldade de classificar e organizar as fontes quanto na utilização de critérios de abordagens a serem utilizados na sua prática historiográfica. As respostas, no entanto, podem estar escritas ou não, serem verdadeiras ou falsas, mas o importante é perceber que trazem uma intencionalidade, seja de quem as produziu ou mesmo o que escondem nas suas entrelinhas. O historiador precisa da habilidade de ler o que está subentendido. Neste contexto, Mattoso ressalta que “os documentos só têm sentido quando inseridos numa totalidade, que é a existência do homem no tempo” (MATTOSO, 1998, p.17).

Cabe aqui, portanto ressaltar que os conceitos não explicam uma realidade como um todo, mas atuam como parâmetros de análises e não como um método

pronto e acabado sob risco de perdermos o fio particular e cada objeto, no entanto, todo conceito articula-se a certo contexto sobre o qual pode atuar, tomando-o compreensível, estando relacionado com o que se quer compreender está imbricado no conjunto texto/contexto. Neste processo de produção do conhecimento histórico, de acordo com Chaloub, não deve ser esquecido a dinâmica, o “movimento da história” (1990, p. 18).

O uso da teoria permite pensar o fato não apenas como algo dado, ou seja, pensar o fato baseado apenas no empirismo. A necessidade de uma análise criteriosa e crítica leva a progressão das pesquisas com embasamento científico. De maneira menos dogmática, a descrição do fato pelo fato não corresponde à explicação do contexto histórico analiticamente, todavia, o domínio de conceitos vai propiciar credibilidade à pesquisa, mas não deve engessá-la, e sim viabilizar uma análise com critérios científicos pautado no conhecimento de forma ampla e completa. A teoria vai além da plasticidade.

Ao utilizar de teorias na prática historiográfica, o historiador busca a compreensão do contexto histórico através do tempo. O uso da teoria permite a explicação dos fatos, forma a metodologia. A teoria, é a bagagem que permite o entendimento e proporciona a explicação para a escritura do fato, para a construção da história pelo viés científico.

O processo de eleger um objeto, pesquisar, fazer as devidas críticas e posteriormente após uma análise rigorosa das fontes escrever a história, revela quem é o historiador. Para José Mattoso (1998, p.18), esta realidade é em si, a descoberta do símbolo, o desencadeamento da palavra poética, tendo em vista que não se pode negar que o homem busca “no passado algumas respostas fundamentais acerca de si próprio” (1998, p. 19). Seria pertinente ressaltar que como historiadoras/es, escolhemos nossos objetos e neles adentramos a partir de uma consciência mais ou menos clara da posição histórica em que nos situamos. E inversamente, assumimos posições específicas do nosso presente à medida que gradualmente adquirimos uma determinada compreensão do objeto estudado, o que culmina na produção de um novo conhecimento histórico.

Quando se refere ao fato de o historiador ter uma “atitude contemplativa” (1998, p. 21) diante de seu objeto. Mattoso chama a atenção no sentido de que ela nos leva

“a não nos contentarmos com os vestígios escritos do passado.” Segundo ele o homem produz “discursos sobre si mesmo” e prossegue salientando também que este homem “deixa muitas outras marcas, cuja eloquência depende justamente da curiosidade e da receptividade do observador (MATTOSO, 1998, p.21).

A escritura da História seria então a resultante de um método, baseado em evidências, em representações estabelecidas a priori, que não se configuram apenas em fontes e/ou vestígios deixadas por outros, ou então, fruto da mente do historiador. Esta é uma lógica da qual o historiador, que pretende ser de qualidade, segue baseando-se em evidências para aproximar-se ao máximo do real, atingir a verossimilhança.

Em conformidade com José Mattoso (1998), temos que a história dá um sentido à realidade existencial, uma sensação de ordenação no mundo para uma melhor compreensão, classificando o tempo em passado e presente. O autor questiona se o conhecimento é real em si ou é apenas real na representação que dele fazemos. Mas é plausível salientar aqui que ao olharmos para o passado e quanto o interpretamos por meio da história, temos o texto histórico como a resultante da representação verbal. Assim o que pensamos ser real, o representamos através da História, “como harmonia dizível” (MATTOSO, 1998, p.24). Ou seja, “a descoberta da harmonia da História não é o resultado apenas de uma espécie de revelação direta e intuitiva”, mas de acordo com o autor está apoiada “em longas análises e na investigação acumulada [...] durante muitas e muitas gerações” (1998, p.24).

Em *Paisagens da História*, Gaddis (2003) escreve que o presente tem a característica de acontecer, e que o passado é algo que não “poderemos possuir”, isto posto, nós não podemos reviver o passado ou recuperá-lo o que nos resta é a possibilidade de analisar estes fenômenos e suas fontes e “reapresentá-los [...] como uma paisagem próxima ou distante [...]” Isto também significa afirmar que mesmo reapresentando não teremos realmente toda a imagem dos fatos tal qual aconteceram, pois somos limitados por nossa concentração e sentidos (GADDIS, 2003, p. 17). “Neste caso o que pode fazer o historiador é “descobrir um equilíbrio”” (2003, p.26). Destaca-se neste ponto a importância do método, a fim de não correremos o risco de fraudes, e o mais importante, enveredar por novos caminhos e até mesmo “ir aonde ninguém irá ou foi antes” (2003, p.33).

Na argumentação de Chauveau e Tetart (1999), “a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente” (1999, p.15). O historiador trabalha com o passado, mas não está condensado nele, deve estar articulado com o presente, tendo em vista que está inserido em uma sociedade dinâmica e mutável, tal qual a História. Le Goff salienta que “a História é o estudo do movimento e da mudança das sociedades humanas; não há história imóvel” (1999,p. 94). Ademais, nas últimas décadas, transformações significativas consentiram um leque de abrangência de temáticas e objetos no campo historiográfico das Ciências Humanas, em especial da História, e a ascensão da memória e sua relação com o tempo presente, com a História Cultural, Social, Ambiental, Econômica dentre outras, vem formalizando uma relação que há muito foi defendida por Hartog (2011) na ampliação do regime de historicidade. E não somente as fontes orais, como também as fontes imagéticas, tecnológicas, arquivistas atuam como produtoras de um alargamento documental e das problemáticas na produção dos documentos, margeando a credibilidade científica, considerada e confinada por uma relação incestuosa com o conservadorismo e formalismo nesse contexto de incertezas propositais.

Os procedimentos e perspectivas que pautam o trabalho de pesquisa, se utilizam de metodologias, como por exemplo da história oral, onde a atenção recai na escolha das fontes a partir do diálogo com a produção historiográfica. Basicamente todas as etapas de produção que incluem: definição do problema a ser investigado, pesquisa sobre o tema no âmbito historiográfico, teórico-metodológico, seleção e análises das fontes, elaboração do roteiro para produção textual, condução da leitura e escrita de maneira sincrônica, estabelecendo traços de singularidade em sua totalidade que convergem para o campo teórico em questão. As redes de vivências estabelecidas pelos entrevistados, não se explicam apenas pelo campo social ou cultural, mas também político, econômico religioso que abarcam suas experiências enquanto artífices de historicidades do presente. Como bem pondera Certeau, “em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de “valores eternos” ou na apologia de um “intemporal” (CERTEAU, 1982, p. 66).

É importante esclarecer ainda que a história oral encarada como metodologia possível, apenas formula as perguntas e questionamentos, porém o amparo para as análises deve ser buscado na teoria da história que possui conceitos capazes de pensar abstratamente os problemas metodológicos gerados pelo fazer histórico. Para Marieta Moraes Ferreira “a história do tempo presente é a perspectiva temporal por excelência da história oral, é legitimada como objeto da pesquisa e da reflexão histórica” (2000, p. 15). E como a História é sempre construção, fazer história oral aqui, significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros”. Estas fontes estão “marcadas pelo próprio presente, inerentes a ele qualquer que seja a época” (FRANK, 1999, p. 103). Fator que emerge, por exemplo, quando fazemos uma entrevista para tratar de temáticas que envolvem a relação do humano com a natureza, com o meio ambiente, cujas experiências são relatadas do presente e retomando ao passado, elemento significativo para pesquisas em História Ambiental.

O acesso a informações significativas em uma entrevista requer cuidados essenciais visando à integridade do seu entrevistado. A entrevista deve vir cercada de cuidados que inclui a ética e postura do historiador, as formas adequadas de registro das fontes orais, a degravação, a análise dos dados. Tais cuidados se fazem indispensáveis para assegurar a cientificidade da técnica e a qualidade das informações. Temos que “a fonte oral é privilégio do historiador do presente” (FRANK, 1999, p. 107). E, como tal, exige um cabedal de ações para garantir a integridade, e quando solicitado, o anonimato de seus colaboradores.

Quando o historiador do presente utiliza as fontes orais está se utilizando da memória. É mais do que notório que “a memória como fonte para o historiador é insubstituível em muitos casos”, no entanto cabe a atenção por parte do historiador tendo em vista que “é também geradora de erros, de mitos, de mitologia” (FRANK, 1999, p. 107). Assim, a memória “não é somente a construção, mas, reconstrução” (1999, p. 109), neste caso um cuidado especial se faz necessário em função dos sentimentos e emoções, do esforço de ocultar informações, dos lapsos e esquecimentos que norteiam esta memória em “reconstrução” no momento da entrevista e perceber até que ponto ela é confiável.

A utilização da história oral empreende a investigação das memórias tendo que enfrentar necessariamente a questão da subjetividade. É sabido que os abusos cometidos na utilização das fontes orais podem até mesmo invalidar a pesquisa em termos de conceituação científica, sendo que essa aplicabilidade se apoia na memória individual, mesmo moldada pelo meio social. A esse respeito Etienne François (1996), afirma que estas inovações não são próprias da história oral, estão acontecendo na medida em que a própria História foi se modificando conforme as exigências de seu tempo: “Essas razões não são próprias da história oral, pois as atenções dadas a novos objetos e a adoção de novas abordagens constituem apenas um aspecto entre outros das redefinições metodológicas e das mutações internas da pesquisa histórica atualmente em curso” (FRANÇOIS, 1996, p. 9).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que “a memória no seu sentido básico do termo é presença do passado” (ROUSSO, 1996, p. 94), portanto, no desenvolvimento de uma referida pesquisa, ela pode ser tomada como uma reconstrução tanto intelectual quanto psicológica, que acarreta de fato uma representação seletiva do passado. Como pondera Durval Albuquerque, não se pode tomar “as memórias como unidades e totalidades homogêneas” pois as mesmas são “multiplicidades, sujeitas a constantes deslocamentos” (1994, p. 40).

Assim, é possível compor uma combinação de abordagens teóricas comparativas de maneira coerente através das adaptações necessárias para o melhor entendimento do objeto de pesquisa proposto. Todavia, a abrangência teórica e a metodologia devem dispor de instrumentos capazes de encaminhar para uma síntese concisa, sem cair no formalismo árido, mas que deve também evitar o estereotipismo e empirismo das conclusões simplistas e estéreis.

A escritura final de um texto em História, deve ser a resultante de um trabalho de múltiplos esforços intelectuais que se contrapõem, somados a teoria, fontes e as conexões possíveis de bibliografias produzidas sobre a temática e/ou concernentes a ela. Se embrenhar em uma pesquisa na História, requer disciplina e estudos que perpassam a teoria e a metodologia, no entanto, apresenta-se, como bem escreve Durval Albuquerque (1994), como um deflorar, um gestar a História.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR. Durval M. de. Violar Memórias e Gestar a História. Abordagem de uma problemática fecunda que torna a tarefa do historiador um “parto difícil”. **CLIO-Série História do Nordeste**, n. 15, 1994. p. 39-52.

AMADO, J. e FERREIRA, M.M. **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHAUVEAU, A. e TETART, P. **Questões para a História do presente**. Trad. Ilka Stern Gohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

COLLINGWOOD, R.G. **A ideia de história**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa Osvaldo Cruz/CPDOC Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FRANÇOIS, Etienne. A Fecundidade da História Oral. In: AMADO, J. e FERREIRA, M.M (orgs.). **Uso e Abusos da História Oral**. 5ª ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FRANK, R. Questões para as fontes do presente. In: CHAUVEAU, A. e TETART, P. **Questões para a história do presente**. Trad. Ilka Stern Gohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha [et.al]. **Cultura política e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HARTOG, François. **Evidências da História, o que os historiadores veem**. Belo Horizonte/São Paulo: Autêntica, 2011.

HOBBSAWM, E. J. **Sobre História: ensaios**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

JENKINS, K. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2007.

KOSSELECK, Reinhart. **Futuro passado**. Contribuição a semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, J. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, A. e TETART, P. **Questões para a história do presente**. Trad. Ilka Stern Gohen. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Edunicamp, 1992.

MATTOSO, José. **A escrita da história: teorias e métodos**. Lisboa: Editorial Estampa 1998

PIETRO, Saturnino Sanches. **¿Y qué es la historia?** Reflexiones epistemológicas para profesores de Secundária. Madri: Siglo XXI de Espanha Editores, 1995.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alan François [et. al.] - Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

ROUSSO, H. A memória não é mais o que era. In: AMADO, J. e FERREIRA, M.M (orgs.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996

WHITE, Hayden. O fardo da história; a interpretação na história. In: **Tópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

Recebido em 09 de outubro de 2021.

Aprovado em 20 de maio de 2022.